

Sistemas do INSS não funcionam mesmo após a suspensão programada em 28, 29 e 30 de janeiro

O Sistema do INSS, mesmo após a paralisação das atividades do INSS nos dias 28, 29 e 30 de janeiro de 2026, em razão da suspensão programada dos sistemas para atualizações tecnológicas e modernização das plataformas, medida amplamente divulgada pelo próprio INSS e pela mídia, continua apresentando um cenário muito diferente do que foi prometido: os sistemas não voltaram a funcionar plenamente.

Passada a suspensão, a partir da segunda-feira, dia 02, diversos sistemas essenciais não funcionaram de forma integral, apresentando muitas instabilidades, falhas de acesso e indisponibilidade de ferramentas indispensáveis para o atendimento da população, tanto presencialmente, quanto virtualmente.

Uma nota técnica emitida

pela Dataprev, em 08 de janeiro, já alertava para instabilidade e restrições no ambiente de produção durante o mês de fevereiro.

Esse novo problema causa impacto direto nos segurados, pois o servidor fica impedido de analisar, concluir e conceder benefícios, o que vai aumentar ainda mais a já extensa fila do INSS.

É fundamental destacar que o principal fator que alimenta a fila não é apenas a falta de servidores, mas sobretudo as falhas recorrentes nos sistemas, que impedem o trabalhador de executar suas tarefas, comprometendo a sua produtividade.



Vale lembrar que os servidores do INSS não são responsáveis pela paralisação, nem pelas consequências dela. Ao contrário, eles querem trabalhar, querem atender a população, mas estão sem condições técnicas para isso e não podem ser responsabilizados por falhas provocadas pela própria Autarquia.

Com informações da Condsef.

Lei do licenciamento ambiental entra em vigor com ações no STF

Especialistas dizem que algumas leis geram insegurança jurídica

Matéria completa em
www.cut.org.br



AVISO

Informamos que, em razão das festividades de Carnaval, não haverá expediente do dia 16 ao dia 18/02/2026. Retornaremos às nossas atividades normais em 19/02/2026 (quinta-feira).

A DIREÇÃO

Isenção do IR beneficia mais de 15 milhões de trabalhadores, diz estudo do Dieese

Dados de um estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre os impactos da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais e reduz a cobrança para rendas intermediárias comprovam o que a CUT tem dito ao longo de sua história sobre justiça tributária—quem ganha mais tem de pagar mais, quem ganha menos tem de pagar menos.

“Essa é uma luta de muitos anos das centrais sindicais, especialmente da CUT, pela atualização da tabela do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. É uma conquista importante para a classe trabalhadora”, afirmou o secretário-geral da CUT, Renato Zulato, num ato promovido pela CUT no último dia 5.

A nova regra foi sancionada em novembro de 2025 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva e ela já pode ser sentida nos holerites de fevereiro.

O estudo

A nota técnica do DIEESE mostra que a Lei nº 15.270 deve retirar ou reduzir o imposto de aproximadamente 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Cerca de 10 milhões de pessoas deixam de pagar o Imposto de Renda e outras cinco milhões passam a recolher menos. Entre os beneficiados estão 8,9 milhões de homens e 6,2 milhões de mulheres.

O recorte por cor e raça evidencia desigualdades estruturais do mercado de trabalho. Entre os celetistas, 92% das mulheres negras e 88% dos homens negros passam a ficar totalmente isentos do imposto.

Entre homens não negros, o percentual é de 77%.

Na prática, a medida alcança quase integralmente setores de menor remuneração. No serviço doméstico, 97% das trabalhadoras e trabalhadores fi-

cam isentos. Nos ramos de alojamento e alimentação, o índice chega a 96%.

No comércio, cerca de 91% dos empregados deixam de pagar o imposto, representando aproximadamente 8,5 milhões de comerciantes. Mesmo na indústria de transformação, setor com salários médios mais elevados, 80% dos trabalhadores são beneficiados.

Paga mais quem ganha mais

Contribuintes com rendimentos anuais superiores a R\$ 600 mil passam a pagar alíquotas progressivas, que chegam a 10% para quem recebe acima de R\$ 1,2 milhão por ano. Cerca de 140 mil pessoas estão nesse grupo.

Antes da reforma, o sistema brasileiro era regressivo no topo da renda. Pessoas muito ricas pagavam, proporcionalmente, menos imposto do que trabalhadores de renda intermediária. A nova lei busca alterar essa lógica.

O efeito na economia

O impacto econômico também é relevante. O DIEESE estima que cerca de R\$ 26,2 bilhões adicionais por ano passem a circular na economia, sendo R\$ 20,9 bilhões entre celetistas e R\$ 5,2 bilhões entre



servidores estatutários.

Esse aumento da renda disponível tende a fortalecer o consumo das famílias e dinamizar o mercado interno.

Informar é preciso

O estudo também aponta um desafio de informação, pois 75% da população apoiam a ampliação da isenção e 60% defendem a taxação dos super-ricos, mas 56% ainda desconhecem essa política pública.

Para a CUT, a ampliação da isenção do Imposto de Renda mostra que a organização e a luta coletiva produzem resultados concretos na vida da classe trabalhadora. A entidade destaca, no entanto, que a mobilização precisa continuar em outras frentes, como no enfrentamento à jornada 6x1, que compromete a saúde, o convívio familiar e a qualidade de vida de milhões de trabalhadores.

“Vamos continuar lutando durante todo o ano e orientando os sindicatos a incluírem essas reivindicações nas negociações coletivas, para criar um paradigma nacional e demonstrar ao Congresso que se trata de uma grande manifestação popular”, afirmou Renato Zulato.

Fonte: CUT